

COMUNIDADE QUILOMBOLA CANTINHO (SERRA BRANCA-PB): ESCRAVIDÃO E RESISTÊNCIA NO CARIRI PARAIBANO

Danilo Silva dos Santos

Universidade Federal de Campina Grande

dannilosila040@gmail.com

Rogério Andrade Emídia

Universidade Federal de Campina Grande

Rogerioemidio4321@gmail.com

Faustino Teatino Cavalcante Neto

Universidade Federal de Campina Grande

faustinodeatinoneto@gmail.com

Eixo IV – Educação do Campo no contexto da luta indígena, quilombola e ribeirinha

RESUMO

O presente trabalho objetivou estudar a genealogia dos camponeses da comunidade quilombola Cantinho do município de Serra Branca-PB para identificar se os mesmos mantêm laços de parentescos com os povos africanos escravizados da Fazenda Serra Branca do século XIX. O município de Serra Branca, como parte do conjunto colonial português no Brasil, foi fundado com base no latifúndio e na mão de obra escravizada indígena e, sobretudo, africana. No caso em estudo, é importante registrar as relações de poder presentes entre o senhor proprietário de muitas terras (Fazenda Serra Branca) e os africanos ali escravizados, cuja luta de classe pode ser identificada pela documentação consultada. Nosso olhar teórico-metodológico se deu a partir do materialismo histórico-dialético (MARX, KARL), que procura explicar a história das sociedades humanas através de fatos econômicos. Realizamos uma pesquisa de campo onde foram coletados relatos orais de memórias através de entrevistas semiestruturadas, além de uma pesquisa nos arquivos cartoriais, como registro de batismo, certidão de óbito e certidão de casamento. Após cuidadosa análise, concluímos que as quatro gerações que atualmente habitam a Comunidade Quilombola Cantinho são descendentes dos africanos que foram escravizados na Fazenda Serra Branca no século XIX.

INTRODUÇÃO

A historiografia afirma que a submissão dos escravizados aos brancos luso-brasileiros não foi passiva. Durante todos os três séculos de escravidão legal no Brasil ocorreram lutas contra essa condição bárbara e desumana de relações humanas. Uma das principais formas de combater a condição de escravizado era fugindo da fazenda onde trabalhava. Ao conseguirem fugir, era necessário manterem-se escondidos de seus ex-donos e dos capitães do mato que estavam a serviço dos proprietários de fazendas a fim de capturá-los. Organizavam-se, assim, os famosos quilombos, que eram locais que serviam de refúgio para os escravizados fugidos e que, geralmente, localizavam-se em lugares de difícil acesso, principalmente em serras.

A luta de resistência e organização das comunidades quilombolas é mostrada pela historiografia, marcadas por atos de coragem, caracterizaram o que se convencionou chamar de “resistência negra”, cujas formas variavam de insubmissão às condições de trabalho, revoltas, organizações religiosas, fugas até aos chamados mocambos ou quilombos. De inspiração africana, os quilombos brasileiros constituíram-se estratégias de oposição, “a uma estrutura escravocrata, pela implementação de uma outra forma de vida, de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os tipos de oprimidos.” Desse modo, os laços de solidariedade e o uso coletivo da terra formaram as bases de uma sociedade fraterna e livre das formas mais cruéis de preconceitos e de desrespeito a sua humanidade (MUNANGA & GOMES, 2006).

As comunidades remanescentes de quilombos não têm na terra um meio de dependência, mas sim a terra como organismo para pensar o grupo. Essas comunidades organizam-se em associações locais, estaduais e nacionais, um percurso intenso nesses últimos 30 anos, para alcançar a realidade organizacional atual. As práticas coletivas de uso e usufruto das terras foram alvo de intenso debate em encontros, reuniões e conversas informais nas comunidades e demais instâncias organizativas do movimento quilombola.

Ser quilombola e assumir-se como tal, depende, portanto, de um amplo entendimento desta identidade social e coletiva, desafio ainda maior em uma sociedade que ainda preserva valores excludentes, como apontavam os debates na Subcomissão dos negros, populações indígenas, durante o processo constituinte de 1986-1988. Na verdade a miscigenação e a transculturação não permitiram uma preservação cultural maciça da herança cultural dos agrupamentos negros, das várias etnias e até de diferentes raças que vieram para o Brasil. (GONZÁLEZ; FERNANDES, 1986/1988).

A sociedade brasileira criou esta visão alienada de si mesma [...] a partir da chamada grande migração [...] vamos constatar que se instauraram políticas concretas de branqueamento da sociedade brasileira. (GONZÁLEZ; FERNANDES, 1986/1988).

Portanto, o presente trabalho objetivou estudar a genealogia dos camponeses da comunidade quilombola Cantinho do município de Serra Branca-PB para identificar se os mesmos mantêm laços de parentescos com os povos africanos escravizados da Fazenda Serra Branca do século XIX. Importante registrar as relações de poder presentes entre o senhor proprietário de muitas terras (Fazenda Serra Branca) e os africanos ali escravizados, cuja luta de classe pode ser identificada pela documentação consultada.

OBJETO DE ESTUDO

A pesquisa foi realizada em 06 de dezembro 2018, na comunidade Cantinho, a qual está localizada no município de Serra Branca, no Cariri Ocidental da Paraíba, distando aproximadamente 12 km da sede, residindo na comunidade aproximadamente vinte e duas famílias e sessenta e cinco moradores organizados em torno da Associação de Desenvolvimento Comunitário e Usuário de Água do Sítio Cantinho e Adjacências. A comunidade era uma das que fazia parte da Vila Real de São João do Cariri (criada em 1800), dentre as inúmeras que constituíam o seu território.

Assim como em todo território brasileiro no século XIX, a fazenda em estudo constituía um grande latifúndio em que a economia era predominantemente agrícola e pecuária e a mão de obra escravizada fazia parte do seu cotidiano, cuja justificativa estava assentada na ideia de que o negro vindo da África era inferior ao branco e, por isso, o primeiro devia servir ao segundo. Todavia, é importante lembrar que, a partir de determinada condição e época, o negro alforriado que dispusesse de boa condição financeira podia ter a liberdade de também poder adquirir escravizados para si.

A fundamentação teórica utilizada é o materialismo histórico-dialético proposto por Karl Marx que vai explicar a história das sociedades humanas através de fatos históricos, essencialmente econômicos. O materialismo histórico pode ser entendido como a concepção marxista que trata dos modos de produção da sociedade, de seus elementos constituintes e determinantes, de sua gênese, da transição e da sucessão de um modo de produção a outro. Não diz respeito apenas ao modo de produção capitalista, mas a todos os modos de produção historicamente determinados: como o das comunidades primitivas, da antiguidade, da escravidão, do feudalismo, do capitalismo e

do socialismo (OLIVEIRA; HESPANHOL, 1985, p. 143).

Podemos entender os conceitos de materialismo histórico como um conjunto de forças de produção que constituem as relações sociais e buscam explicar esse conjunto de relações de produção do sistema capitalista. Sobre isso, vejamos: “Em seu entendimento, o corpo de conceitos do materialismo histórico constitui-se em forças produtiva, relações sociais de produção, determinações, infraestrutura, superestrutura, estrutura ideológica, estrutura jurídica-política, modo de produção, formação social” (IDEM).

Para o desenvolvimento da pesquisa foi utilizado o método científico materialismo histórico-dialético, que considera que a materialidade das relações sociais (o real) precede o ser social, e que o ser social transforma este real. Por meio da pesquisa de campo foi coletado relatos orais de memórias através de entrevistas semiestruturadas, além de pesquisa nos arquivos cartoriais, como registro de batismo, certidão de óbito e certidão de casamento.

HISTÓRICO DA FAZENDA SERRA BRANCA (SÉCULO XIX)

Durante o século XIX, a antiga Fazenda Serra Branca, hoje o atual município de Serra Branca, foi um território pertencente Vila Real de São João do Cariri de Fora, que nessa época abrangia todo o território o qual hoje se chama Cariri paraibano. A fazenda que já abrigou, durante o século XVIII, um dos filhos dos primeiros habitantes não indígenas do Cariri, Antônio Oliveira Ledo, conta com bom número de pesquisas historiográficas acerca da região e das relações sociais em que ali se desenvolveram. Assim como os Oliveira Ledo, outra família, cujo nome perpassa gerações, também fez parte desse processo histórico de formação territorial do município Serra Branca: os Alves Pequeno.

Um dos proeminentes detentores de terras da Fazenda Serra Branca do século XIX, Antônio José Alves Pequeno, assim como seu pai Francisco Alves Pequeno, foi proprietário, juntamente com sua esposa, Anna Carolinna Pequeno, de inúmeros escravizados, como consta em antigos registros de batismos de pessoas da sua fazenda, bem como em seu próprio inventário datado de 1881. Segue os registros de crianças nascidas de pais escravizados e que foram batizadas no oratório daquela fazenda entre os anos de 1853 e 1869 (quadro I).

QUADRO I – REGISTRO DE BATISMOS DE ESCRAVIZADOS DE ANTÔNIO JOSÉ ALVES PEQUENO ENTRE 1853 E 1869

NOME	COR	PAI	MÃE	BATISMO	PADRINHO	MADRINHA
Cicília	Parda	Eugenio *	Angelina*	06/01/1854	Francisco*	Silvana*
Catharina	Crioula	João*	Catharina*	15/01/1855	Eugenio*	Florência
Martinho	Parda	João*	Margarida*	05/07/1857	Luís*	Ângela
Cílça	Mulata	Eugenio	Ângela	25/12/1857	Manoel	Antônia
Brasileana	Crioula	João*	Margarida	0/07/1859	Manoel	M. Joaquina
Uilarina	Parda	Eugenio *	Angélica*	22/07/1859	Paschoal*	Gaudina*
Brás	Crioulo	João*	Margarida*	16/03/1862	Manoel R.	NC
Justina	Mulata	NC	Maria*	20/03/1893	Francisco*	Francisca*
Josefa	Preta	João*	Margarida*	01/01/1865	Francisco	NC
Perpétua	Preta	NC	Maria*	22/10/1865	Felix*	M ^a Conceição**
Domingos	Preta	José*	Margarida*	09/09/1866	Bernardino*	Feliciano*
Justina	Parda	João*	Margarida*	27/02/1870	Raphael	Rosa*
* Significa que a pessoa era escravizada de Antônio Alves Pequeno.						
**Significa que a pessoa tornou-se liberta, mas não sabemos a data nem o motivo.						

FONTE: Livros de Assentos Batismais (9 a 13).

Observando o quadro acima, pode-se certificar que uma das primeiras famílias descendentes dos colonizadores portugueses na Fazenda Serra Branca possuíam inúmeros escravizados sob sua propriedade e que os filhos destes, ao nascer, eram batizados na própria capela da fazenda. Havia também a relação de compadrio, em que os próprios escravizados da fazenda serviam de padrinhos e madrinhas dos recém-nascidos. Pelos sobrenomes dos padrinhos identificados nos assentos batismais, também se pode perceber como os escravizados tomavam como padrinhos de seus filhos os familiares de seus proprietários, estabelecendo, dessa maneira, com estes uma relação de parentesco espiritual (forma de resistência)¹.

¹O escravizado ao buscarem padrinhos no meio da elite agrária era com o intuito de estabelecer, com isso, relações de solidariedade e reciprocidade. Para além de seu significado católico, os laços estabelecidos pelos cativos e seus padrinhos extrapolaram o espaço da Igreja e mostraram-

Durante o período analisado, havia duas principais famílias nucleares (composta por mãe, pai e filhos) de escravizados naquela fazenda. A primeira era composta por João e Margarida e seus filhos Martinho, Brasiliana, Brás, Josefa e Justina, contudo tanto João como Margarida tiveram filhos de relações extraconjugais. João teve uma filha chamada Catharina com Catharina; enquanto Margarida teve seu filho Domingos com José. O segundo tronco familiar era formado pelo casal Eugênio e Angélica (nos registros também aparece como Angelina e Ângela) e seus filhos Cicília, Cilça e Uilarina. Também existiam outros escravizados que aparecem na documentação com apenas um filho, como é o caso de Maria, que teve Perpétua e Justina sem pais registrados. Nesse último caso notamos que o registro batismal apresenta a criança junto de um único responsável (a mãe), configurando-se como uma família monoparental, ou seja, aquela em que a mãe é presente nos registros paroquiais e o pai é ausente.

Cavalcante (2015) realizou estudo sobre as relações familiares dos escravizados no território da Vila Real de São João do Cariri, destacando as relações de cunho monoparental, que são aquelas compostas apenas por mulheres escravizadas e seus filhos, como sendo uma característica das suas propriedades rurais daquele território.

Ao analisar esses casos de famílias nucleares e monoparentais, além dos compadrios na Fazenda Serra Branca, se é possível identificar escravizados daquela propriedade procriando com o objetivo de atender a sua demanda por mão de obra para que, desse modo, permitisse a perpetuação do rendimento produtivo da fazenda. Para uma melhor compreensão sobre as famílias nucleares e monoparentais daquela fazenda, interessante observar o quadro a seguir elaborado a partir do inventário de Antônio José Alves Pequeno, datado do ano de 1881.

**QUADRO II - ESCRAVIZADOS DE ANTÔNIO JOSÉ ALVES PEQUENO
SEGUNDO O SEU INVENTÁRIO (1881)**

NOME	COR	IDADE	FILIAÇÃO	ESTADO CIVIL	VALOR
Rodolpho	Parda	10 anos	Rita	Solteiro	400 mil réis
Justina	Preta	12 anos	Margarida	Solteira	600 mil réis
Clara	Parda	13 anos	NC	Solteiro	550 mil réis

se presentes em toda a sociedade. De acordo com Stuart Schwartz (1989): “[...] no ato ritual do batismo e no parentesco religiosamente sancionado do compadrio, que acompanha esse sacramento, temos uma oportunidade de ver a definição mais ampla de parentesco no contexto dessa sociedade católica escravocrata e de testemunhar as estratégias de escravos e senhores dentro das fronteiras culturais determinadas por esse relacionamento espiritual.”

Cecília	Parda	21 anos	NC	Solteira	300 mil réis
Rita	Preta	29 anos	NC	Solteira	550 mil réis
Bento	Parda	30 anos	NC	Solteiro	450 mil réis
Jacinto	Preta	31 anos	NC	Solteiro	700 mil réis
Firmino	Parda	31 anos	NC	Solteiro	700 mil réis
Joaquim	Preta	33 anos	NC	Solteiro	700 mil réis
Eugenio	Parda	54 anos	NC	Casado c/ Angélica	200 mil réis
João	Preta	65 anos	NC	Casado c/ Margarida	65 mil réis

FONTE: Inventário de Antônio José Alves Pequeno – 1881. Cartório de São João do Cariri – PB.

Somente no ano de 1881, foi feito o inventário do proprietário da Fazenda Serra Branca, coronel Antônio José Alves Pequeno, que falecera dezessete anos antes (1864), conforme descrito por Cavalcante (2015). Junto com todo o espólio deixado pelo falecido, estavam onze escravizados, cujos nomes de alguns fazem parte dos registros de batismos da segunda metade do século XVIII, dispostos no quadro I desta pesquisa. Os que constam nos registros batismais e não aparecem no inventário, possivelmente, devem ter falecidos ou foram vendidos/trocados.

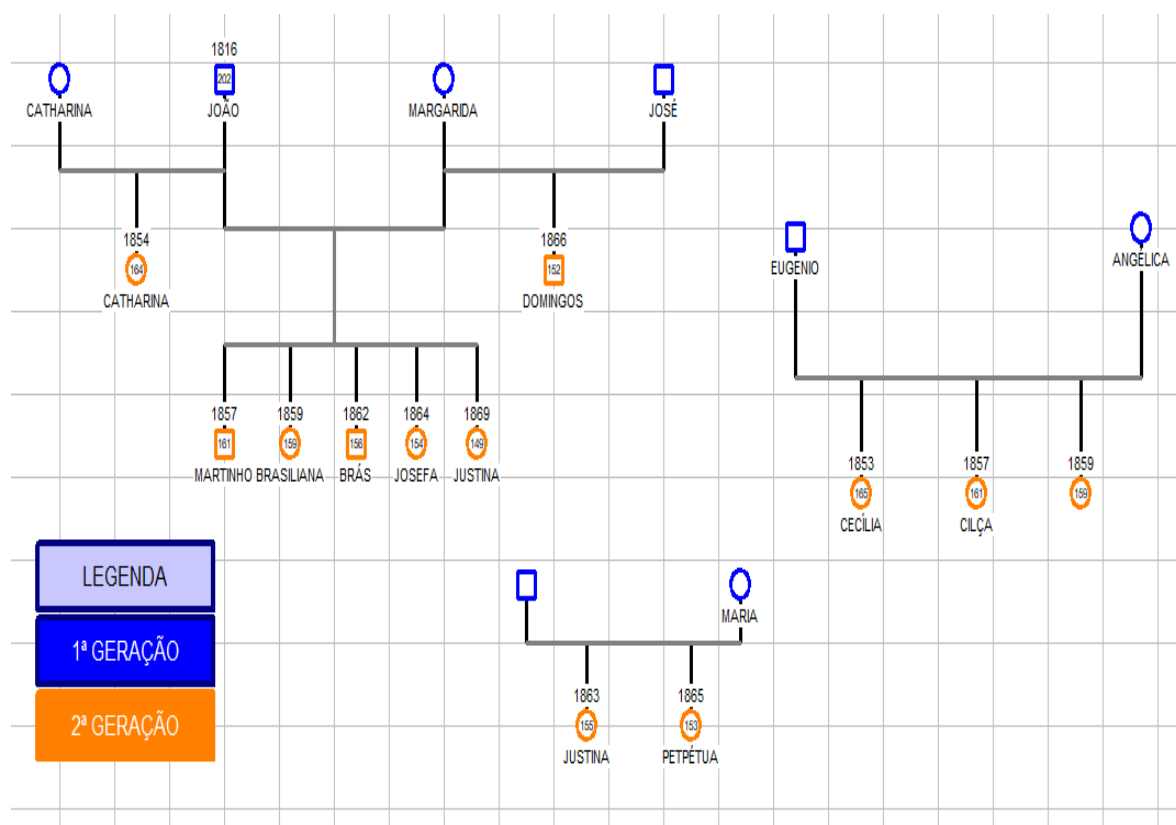
Ao fazer o cruzamento da fonte disposta no quadro II com a do quadro I, identifica-se que João e Eugênio eram os dois principais homens “reprodutores” da fazenda à época. Já anciãos em 1881, João com 65 anos e Eugenio com 54, ambos aparecem no inventário como casados, respectivamente, com Margarida e Angélica. A escravizada chamada Justina também aparece nesses dois documentos. A data de nascimento e o registro de sua mãe convergem nos dois registros como filha de Margarida e nascida exatamente no ano de 1869.

Outra informação importante disposta no quadro II é a que se refere ao preço dos escravizados, comprovando que onde se localiza o atual território do município de Serra Branca, assim como em todo Cariri paraibano, muitas pessoas tidas como “inferiores” sofreram o execrável fado da escravidão. Essas pessoas foram subjugadas e nada mais eram que bens de seus proprietários, podendo-se, como a historiografia nos conta, serem trocados, vendidos, alugados, etc. Na época da sociedade escravagista brasileira, o humano escravizado era como qualquer bem de utilidade comum e como tal também possuía valores.

É evidente que quanto mais usado é um produto mais ele se torna desvalorizado (havendo exceções). Não foi diferente com os escravizados daquela fazenda. Vemos que o preço de João, com 65 anos, era de 65 mil réis. Comparando João a outros escravizados de idade infantil e mediana podemos notar tamanha diferença, principalmente com homens solteiros entre dez e trinta e três anos. Por exemplo, Jacinto de trinta e um anos e Joaquim de trinta e três custando, cada um, 700 mil réis. Rodolpho de apenas dez anos estimado em 400 mil réis. As mulheres solteiras de idade infantil e mediana também tinham valor estimado, como Clara de treze anos, custando 550 mil réis, Cecília de vinte e um anos, custando 300 mil réis e Rita de vinte e nove anos, avaliada em 559 mil réis.

Abaixo segue o diagrama de parentesco com os principais arranjos familiares dos povos escravizados na fazenda Serra Branca entre os anos de 1853 e 1881.

DIAGRAMA DE PARENTESCO I - ARRANJOS FAMILIARES NA FAZENDA SERRA BRANCA (1853-1881)



Fonte: Elaborado pelo autor.

Tendo por base os registros batismais e o inventário de Antônio José Alves Pequeno, identificamos, conforme disposto no diagrama, três núcleos familiares escravizados da Fazenda Serra Branca, entre 1853 e 1881 (28 anos).

O primeiro e maior arranjo familiar apresentado no diagrama mostra que João era casado com Margarida e que estes geraram dois filhos e três filhas. Contudo, ambos tiveram

relações extraconjugais, cada um gerando um filho fora do casamento. João teve uma filha (Catharina) com Catharina e Margarida teve um filho (Domingos) com José. O segundo maior arranjo familiar disposto no diagrama é o composto por Eugênio e Angélica, que geraram Cecília, Cilça e Uilarina. O último e menor núcleo disposto é o de Maria, denominado monoparental, que gerou Justina e Perpétua.

RESULTADO

Decorrente ao estudo, feito na comunidade através das pesquisas, conseguimos construir um histórico da comunidade para a afirmação do parentesco com os povos africanos escravizados. Foi constatado pelos relatos históricos, que os primeiros moradores da Fazenda Serra Branca receberam, seja por meio de compra ou herança, alguns negros para servirem de mão de obra escravizada. Como mostra a historiografia que trata sobre a escravidão do século XIX, existiam muitas formas de organização estrutural de uma fazenda. A principal era formada pela casa-grande, local de moradia do proprietário e sua família. Aos arredores da casa-grande construíam-se as senzalas, que eram alojamentos destinados à moradia dos escravizados daquela fazenda. Mas, esse foi o modelo predominante no litoral açucareiro e coube aos sertões outros arranjos de moradias para os povos africanos escravizados (galpões, casas de taipas, etc.), que não as senzalas próximas às casas grandes. Na Fazenda Serra Branca, por exemplo, notamos que esses sujeitos estavam alocados em moradias que ficavam situadas nos limites fronteiros da propriedade.

A própria historiografia da região mostra que a comunidade Cantinho originou-se como um caso típico de senzala, qual seja: aquela distante da casa-grande. Ou seja, o lugar que hoje leva o nome “Cantinho” era onde os escravizados residiam e de lá se deslocavam rumo ao trabalho, seguindo alguns quilômetros para Fazenda Serra Branca. Após a abolição da escravidão em 1888, as famílias desses escravizados continuaram residindo nessa localidade, perpetuando por gerações o legado desse povo naquele território.

Segundo conta um dos netos dos primeiros moradores dessa comunidade, o senhor Pedro Severino da Costa (86 anos), a comunidade era conhecida inicialmente como Sítio Cotó, isso porque, anos antes, acontecera um acidente com uma vaca, o que acabou deixando-a cotó (sem a calda), ficando o sítio, por isso, conhecido por esse acontecido. Com o passar do tempo, um padre que realizava missas na comunidade decidiu, juntamente com os habitantes do lugar, mudar o nome para Cantinho. O depoimento conta que seu pai, Severino Anastácio, e seus tios, João Anastácio e José da Cunha, adquiriram terras numa localidade próxima ao Cantinho, em Lagoa da Serra, e que a única fonte de renda da família

era a agricultura, “plantavam feijão, milho, fava, melancia, jerimum, entre outros”. Ainda segundo esse entrevistado, para transitar do campo de trabalho até as suas casas, eles utilizavam burros com cangalhas, facilitando o transporte do que era colhido e das ferramentas usadas no trabalho.

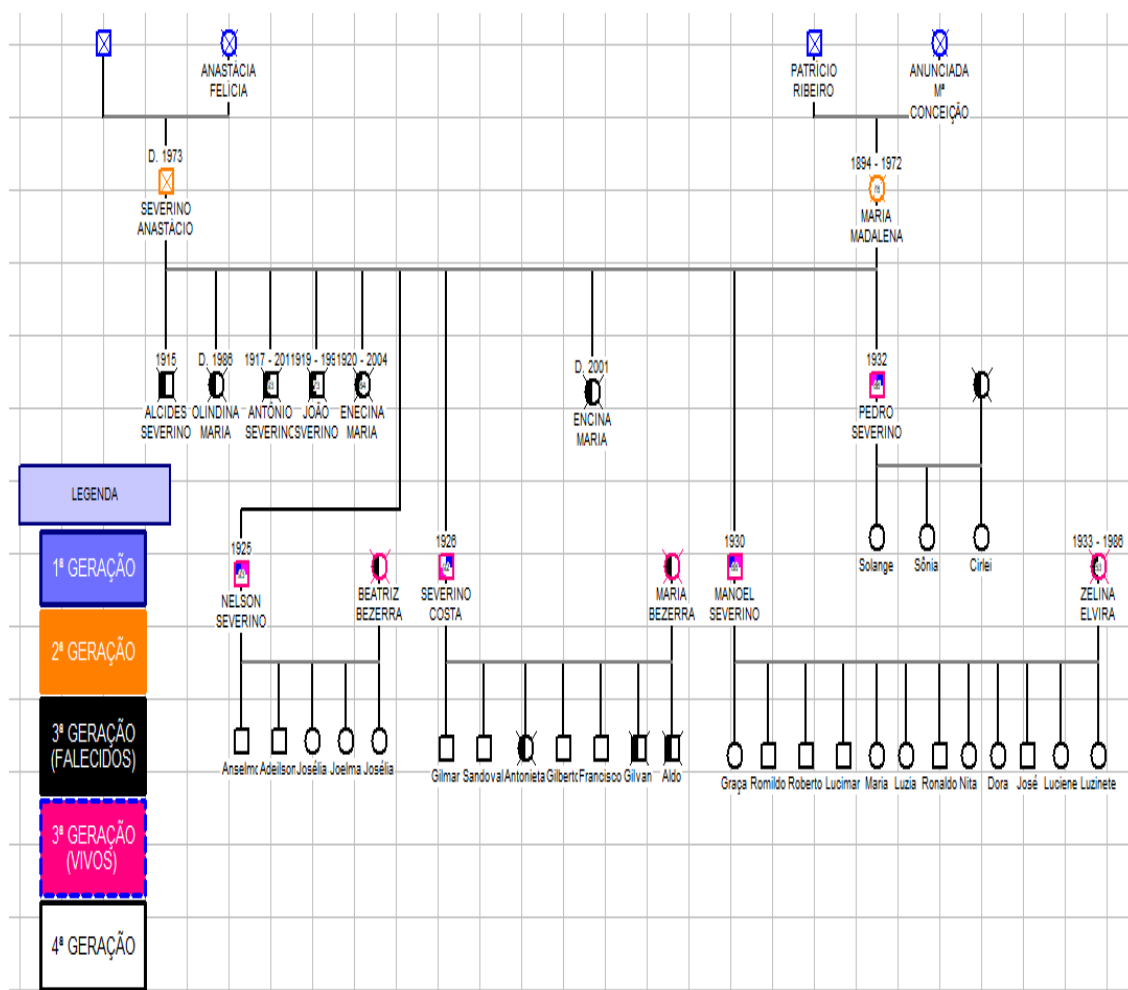
O senhor Pedro Severino nos relata também que nesse ínterim um de seus tios fora expulso dessa terra por um grande fazendeiro chamado Honorato Brandão, que tomara suas terras e mandara prendê-lo com a justificativa de que ele estava em terras pertencentes a Honorato.

Todavia, com o passar dos anos a comunidade se expandiu, pois havia o costume de primos se casarem entre si, permitindo que a futuras gerações continuassem na comunidade. Atualmente, vinte e duas famílias residem na comunidade, contando com cerca de cento e vinte pessoas, constituindo uma grande família descendente de escravizados do século XIX da antiga Fazenda Serra Branca.

Atualmente a comunidade possui uma Associação Comunitária onde os moradores se reúnem semanalmente para dialogar com todos associados acerca das necessidades da comunidade. Uma das principais pautas que reivindicam é o título de comunidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares, bem como o direito à terra a ser concedido pelo INCRA destinado às comunidades que têm moradores descendentes do escravizados no passado. Como a comunidade Cantinho é composta por descendentes da terceira e quarta gerações de escravizados da Fazenda Serra Branca, eles requerem esse direito que é um meio indenizatório de o Estado “compensar” a barbárie do passado.

Abaixo segue o diagrama de parentesco que tem por base os atuais arranjos familiares da comunidade “Cantinho”.

DIAGRAMA DE PARENTESCO II—ATUAIS ARRANJOS FAMILIARES DA COMUNIDADE CANTINHO



Fonte: Elaborado pelo autor.

Essas foram as quatro gerações dos moradores da comunidade Cantinho encontradas nas fontes pesquisadas (registros de nascimentos, de óbitos e relatos orais de memória). Infelizmente não foi possível colocar os nomes de todos os moradores atuais da comunidade, pois os quatro irmãos vivos da terceira geração não têm lembrança dos nomes dos filhos e netos dos seis irmãos falecidos.

A primeira geração apresentada no diagrama (em azul), muito provavelmente foi escravizada da Fazenda Serra Branca no século XIX. A segunda geração (em laranja) é formada pelo casal Severino Anastácio e Maria Madalena, que são os pais dos quatro mais idosos moradores da comunidade que ainda estão vivos: Nelson (93 anos), Severino (92 anos), Manoel (88 anos) e Pedro (86 anos), que foram fundamentais para a nossa pesquisa, fornecendo dados de seus pais e filhos. Sobre a terceira geração, foi possíveis coletar os nomes de todos os filhos de Severino Anastácio e Maria Madalena, além de algumas informações como datas de nascimento ou falecimento. A respeito da quarta geração, não foi possível aprofundar a pesquisa no sentido de buscar saber o nome de seus filhos e nem suas idades.

CONCLUSÃO

Em linhas gerais, conclui-se que a comunidade, de acordo com o histórico e relatos, é de fato descendente de povos escravizados. Pois, no traçado genealógico ficou clara tal afirmação. Assim, sentem a necessidade de reivindicar o título de comunidade quilombola, sendo assim um meio indenizatório de o Estado “compensar” a barbárie do passado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAVALCANTE, Eduardo de Queiroz. Tecendo redes, construindo laços de solidariedade: a formação de famílias negras, a prática do compadrio e a morte de escravizados e libertos no Cariri paraibano (São João do Cariri/1850-1872).- João Pessoa, 2015.

Entrevista com Pedro Severino da Costa.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1965.

Inventário de Antônio José Alves Pequeno, 1881. Cartório de São João do Cariri – PB.

GONZALEZ-REY, F. Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Thomson, 2003.

Livros de Assentos Batismais (9 a 13).

MUNANGA, Kabengele & GOMES, Nilma Lino. O Negro no Brasil de Hoje. São Paulo, Editora Global, 2006.

OLIVEIRA, Robson Munhoz de; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. O método na teoria marxista e a renda da terra. Revista Formação (Online). v. 1, n. 10, 2003.Registros de nascimentos.

Registros de óbitos.

Stuart Schwartz, *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*, São Paulo: Companhia das Letras, 1989.